Capitalismo dependente e a indústria de alimentos e bebidas do Brasil: uma análise da primeira fase do ciclo do capital[1]

Gilio Natan Dal Pont Sirtoli[2]

Resumo: O Brasil ocupa uma posição de destaque na produção mundial de alimentos e bebidas. Contudo, essa inserção no mercado mundial suscita questionamentos quanto aos seus efeitos sobre o caráter dependente da economia nacional. Este artigo tem como objetivo analisar o movimento do capital no setor de alimentos e bebidas industrializados do Brasil, buscando identificar determinações que evidenciem a reprodução da dependência. Para tanto, adota-se como referencial teórico a Teoria Marxista da Dependência e, como abordagem metodológica, a categoria de padrão de reprodução do capital. A análise concentra-se na primeira fase da circulação do capital, investigando a origem do capital-dinheiro, a aquisição dos meios de produção, a compra da força de trabalho e os valores de uso produzidos. Os resultados indicam que, embora o setor seja marcado pela predominância de grandes grupos nacionais, sua dinâmica de acumulação está fortemente articulada ao capital internacional. Observa-se, ainda, a presença de mecanismos de transferência de valor para o exterior e a reprodução da superexploração da força de trabalho. Conclui-se, por fim, que a reprodução do capital no setor de alimentos e bebidas reforça o caráter dependente do capitalismo brasileiro.

Palavras-chave: divisão internacional do trabalho; economia brasileira; indústria de alimentos; dependência.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil figura hoje como um dos principais produtores de alimentos do mundo. A produção do país tem tamanha relevância internacional a ponto deste ser frequentemente denominado "supermercado do mundo" por veículos de mídia, pela imprensa especializada e por autoridades governamentais (Brasil, 2025; Forbes, 2022). A principal causa desse fenômeno é a grande dinamicidade da agropecuária brasileira, assim como da agroindústria e da indústria de processamento secundário de alimentos do país, estas duas últimas denominadas, conjuntamente, de indústria de alimentos e bebidas (A&B) (IBGE, 2025).

Analisando especificamente a indústria brasileira de A&B, observa-se que o setor ocupa posição central na estrutura produtiva nacional, destacando-se pela elevada participação no valor da produção industrial, na geração de empregos e nas exportações (ABIA, 2025). Ademais, esse ramo abriga algumas das maiores empresas do país, muitas delas com forte inserção internacional e em competição direta com transnacionais estrangeiras no mercado mundial (Forbes, 2024). Nesse contexto, o Brasil figurou como o maior exportador mundial de alimentos e bebidas industrializados, em volume, no período de 2022 a 2024. Entre os principais produtos exportados destacam-se suco de laranja, açúcar, carnes bovina e de frango, café solúvel e óleo de soja (ABIA, 2025, 2023).

---

[1] Este artigo apresenta parte dos resultados da dissertação de mestrado do autor.

[2] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: gilio.sirtoli@gmail.com.

Essa condição leva diversos teóricos do sistema, signatários das abordagens *mainstream* da economia, a argumentarem que o Brasil, ao reforçar sua "vocação" agrícola e produtora de alimentos, poderia alcançar um crescimento econômico satisfatório, reduzir sua vulnerabilidade externa e consolidar-se como uma das grandes economias globais (Arias *et al.*, 2017; Calil; Ribera, 2019; Martins, 2022; Moreira; Kureski; Da Veiga, 2016). A hipótese deste trabalho, em oposição a esses autores, vai ao encontro da proposta de Amaral (2012), segundo a qual, a inserção do país na atual divisão internacional do trabalho (DIT), como produtor de produtos primários e de baixa intensidade tecnológica, reforça e reproduz a sua condição dependente diante das nações do centro do sistema capitalista, mesmo em setores em que o Brasil se destaca mundialmente.

A partir dessa hipótese, o objetivo do presente trabalho é compreender como a inserção da indústria de alimentos e bebidas na divisão internacional do trabalho manifesta e condiciona o caráter dependente da economia brasileira. Para tanto, adotou-se como referencial teórico a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e os procedimentos metodológicos basearam-se na categoria padrão de reprodução do capital, proposta por Osorio (2012), a qual foi mobilizada para a análise do ciclo do capital na indústria de A&B. O foco deste trabalho recaiu na primeira fase da circulação, referente à formação do capital-dinheiro, produção de determinados valores de uso e aquisição dos meios de produção e força de trabalho. A investigação das fases restantes do ciclo do capital foi reservada para trabalhos futuros. Para possibilitar a análise dos principais aspectos da primeira fase da circulação foram utilizadas bases de dados de órgãos públicos, associações setoriais, ONGs e documentos públicos de empresas do setor de A&B.

Após a introdução, este artigo está dividido em quatro partes. A primeira parte descreve as definições gerais do capitalismo dependente, propostas pelos intelectuais latino-americanos inscritos na Teoria Marxista da Dependência. Na segunda parte são apresentadas as formas de manifestação concretas da dependência na atual realidade brasileira e sua relação com a indústria de alimentos e bebidas do país. A terceira parte aprofunda os principais aspectos da metodologia proposta por Osorio (2012), enquanto a quarta seção aplica esses procedimentos para a análise da primeira fase da circulação do capital no setor de A&B do Brasil. Por fim, são realizadas algumas considerações finais.

2 O CAPITALISMO DEPENDENTE

A noção de dependência utilizada neste trabalho é oriunda da corrente de pensamento conhecida como Teoria Marxista da Dependência, forjada nos anos 1960, pelos militantes brasileiros Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. A TMD parte do entendimento de que o capitalismo mundial atua como uma estrutura hierarquizada na qual o desenvolvimento dos países

centrais se articula dialeticamente ao subdesenvolvimento das nações periféricas. Na América Latina, essa dinâmica se manifesta como um capitalismo dependente, no qual a acumulação interna se articula de maneira subordinada às necessidades dos capitais localizados nos países centrais, conformando uma relação de dependência das nações dependentes com esses últimos (Dos Santos, 1972).

Segundo Luce (2018), a dependência apresenta três tendências específicas – ou leis tendenciais –, que são as determinações constitutivas que a definem. A primeira é a transferência de valor. Esse fenômeno refere-se à dinâmica pela qual parte do mais-valor produzido nas economias dependentes é transferido e apropriado pelos países centrais, passando a integrar a dinâmica de acumulação de capital destes, e não do país que o produziu.

Seguindo a classificação de Breda (2020), a transferência de valor pode ser dividida em dois tipos. O primeiro é conhecido como intercâmbio desigual, originado da tendência, demonstrada por Marx (2017), de que capitais com produtividades e/ou composições orgânicas maiores que a média do conjunto da produção se apropriam de parcelas de mais-valor além do que produziram. O contrário ocorre com aqueles capitais que apresentam produtividades e/ou composições orgânicas menores que a média.

O outro tipo de transferência de valor está relacionado às transferências originadas em razão da propriedade do capital. Ele pode ocorrer: 1) devido a um capital que emigra em busca de se apropriar de uma parcela do mais-valor produzida em outro país, por meio de investimentos estrangeiros diretos e indiretos; ou 2) em razão da propriedade monopólica que um capital individual mantém sobre determinado processo produtivo ou mercadoria, o que possibilita a apropriação de rendas monopólicas (Marini, 2011, 2012).

Dentro do quadro da relação entre países centrais e dependentes mediada pela DIT, os primeiros tendencialmente controlam e monopolizam os capitais com maior produtividade, composição orgânica e intensidade tecnológica, logrando se apropriar de uma parte do mais-valor produzido nos países dependentes por meio do intercâmbio desigual e da renda de monopólio. Além disso, também são originados dos países centrais os capitais que são investidos na periferia do sistema, exigindo, em troca, uma parcela do mais-valor ali produzido.

A segunda tendência específica da dependência é a superexploração da força do trabalho. Esta se estabelece como um mecanismo utilizado pelos capitais localizados nos países dependentes para compensar a transferência de valor e, desse modo, possibilitar seu desenvolvimento. Nesse sentido, a superexploração consiste no pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, o que amplia a exploração do trabalhador sem incrementar a produtividade. Tal processo pode ocorrer por meio do aumento da jornada, da elevação da intensidade do trabalho e/ou da expropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador (Marini, 2011).

A instauração de um regime de superexploração nos países dependentes foi possibilitada pelo fato de que, no momento de consolidação de suas economias capitalistas, os setores mais dinâmicos estavam voltados para a exportação, tornando o consumo individual do trabalhador pouco relevante para a realização do valor produzido internamente e permitindo maior exploração e compressão salarial. Essa condição produziu uma estratificação do consumo interno em duas esferas: 1) a esfera baixa, baseada no salário e atendida pelos setores menos dinâmicos da produção interna; e 2) a esfera alta, sustentada pelo mais-valor não acumulado e realizada, em grande medida, por meio da importação de bens. Marini (2011a) denomina esse fenômeno de cisão das fases do ciclo do capital – ou separação entre a estrutura produtiva dependente e as necessidades das massas –, e Luce (2018) o identifica como a terceira tendência específica da dependência. Mesmo após a transição de alguns países, como o Brasil, para uma industrialização voltada ao mercado interno, essa cisão permaneceu sob novas determinações: os setores mais dinâmicos passaram a atender principalmente a esfera alta, enquanto os ramos voltados ao consumo popular permaneceram tecnologicamente atrasados e transferindo parcelas de mais-valor para aqueles (Marini, 2023).

Expostas as determinações constitutivas da dependência, é explorado, a seguir, o caso específico do Brasil.

3 O BRASIL COMO ECONOMIA DEPENDENTE E O SETOR DE A&B

De acordo com Marini (2011a), o Brasil é inserido na divisão internacional do trabalho a partir da obtenção de sua independência formal e da conformação de sua relação de dependência com a Inglaterra, como economia primário-exportadora. Ao longo da primeira metade do século XX, as crises e retomadas do sistema capitalista mundial possibilitaram mudanças na DIT, que se expressaram no Brasil como um processo de industrialização voltado para o mercado interno. Todavia, esse movimento não representou uma superação da dependência, mas sim, a sua reprodução com novos determinantes (Bambirra, 2013; Marini, 2011, 2012).

Com a crise capitalista mundial iniciada ao final dos anos 1960, impõe-se a necessidade de reestruturar novamente a divisão internacional do trabalho para possibilitar a retomada da acumulação do capital em escala global. O Brasil, que ao longo dos anos 1970 e 1980 enfrentava o esgotamento do seu modelo de industrialização, inseriu-se nesse novo período da economia mundial de duas maneiras. Por um lado, passou a atuar como um campo de valorização fictícia de capitais internos e externos, especialmente por meio do uso da dívida pública (Paulani, 2012). Por outro lado, promoveu a reestruturação do seu aparato produtivo, cessando o padrão industrial vigente até então e iniciando sua especialização na produção de alimentos e matérias-primas voltados para a exportação, assim

como nas indústrias intensivas nesses produtos primários (Osorio, 2012). Cabe destacar que essas duas dimensões da reconfiguração econômica nacional não são processos isolados, mas duas faces de um mesmo movimento, consolidado pelo receituário neoliberal completamente assimilado pela classe dominante do país. De acordo com Amaral (2012), essa nova configuração da economia brasileira demarca uma nova modalidade ou fase da condição dependente.

Dentro desse processo de reestruturação nacional, o setor de alimentos e bebidas tem uma especial importância. Durante os anos 1990, com a abertura econômica, as empresas de A&B brasileiras sofreram um intenso processo de desnacionalização, sendo adquiridas por capitais estrangeiros. Apesar disso, o capital nacional conseguiu se manter em segmentos de menor intensidade tecnológica, como carne, frigoríficos e processamento de grãos, e aprofundar um processo já iniciado nos anos 1980 de internacionalização (Bonelli, 1998).

Toda a produção de alimentos no Brasil passou para o plano principal da economia no final dos anos 1990, sendo destinada para a exportação devido à necessidade de gerar superávits primários. Esse movimento teve forte apoio do Estado brasileiro, especialmente os primeiros mandatos do governo Lula, que realizaram um forte estímulo ao crescimento, consolidação, diversificação e internacionalização dos grandes grupos nacionais, o que incluiu o setor de alimentos e bebidas, especialmente o segmento de carne e derivados (Senra, 2024). Esse momento foi responsável pela criação dos oligopólios do setor, resultado de intenso processo de centralização, assim como por consolidá-lo como o principal ramo da indústria de transformação brasileira (IBGE, 2024).

Em 2021, a indústria de A&B foi o ramo com maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) da indústria de transformação brasileira, representando 17,1% deste, e terceiro em relação à indústria total, equivalente a 9,2% (IBGE, 2021). Em 2024, a balança comercial das indústrias de A&B contribuiu para 77,1% do saldo total da balança comercial nacional. Além disso, essas empresas foram responsáveis por 25,6% dos empregos da indústria de transformação do Brasil (ABIA, 2025).

Em relação ao mercado mundial, no ano de 2024, o Brasil foi o maior exportador de alimentos e bebidas industrializados do mundo em volume (ABIA, 2025). No *ranking* das dez maiores empresas de A&B do mundo em 2023, segundo a Forbes (2024)[3], a empresa brasileira JBS assume a décima posição. A AB Inbev, empresa criada a partir da fusão entre a belga Interbrew e a brasileira Ambev, e com sede na Bélgica, figura na segunda colocação. As outras colocações são ocupadas por empresas dos EUA, França e Suíça. Tomando somente o segmento de carnes, a JBS assume a segunda posição mundial, atrás somente da norte-americana Tyson Foods.

[3] A Forbes (2024) utilizada como classificação das empresas mundiais a avaliação de quatro indicadores: vendas, lucros, ativos e valor de mercado.

Essas características sobre as indústrias de A&B do Brasil e sua dinâmica no mercado mundial evidenciam sua relevância para a compreensão do funcionamento de uma economia dependente no capitalismo atual. A destacada presença mundial, representada tanto pela atuação de transnacionais brasileiras quanto pelo expressivo volume de exportações, aliada à importância que adquire para a economia nacional, reflete um setor essencial para a reprodução do capital no país e para a inserção deste na divisão internacional do trabalho. Assim sendo, esse setor é um frutífero objeto de estudo, que pode revelar os atuais traços da dependência brasileira frente aos países centrais.

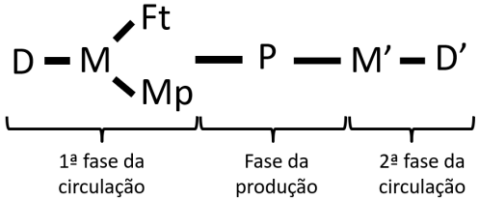
Para poder realizar tal estudo, utilizou-se neste trabalho a metodologia proposta por Osorio (2012). Na próxima seção, estão descritos os procedimentos desta, e na seguinte, são expostos os resultados de sua aplicação para o caso das indústrias de A&B do Brasil.

4 METODOLOGIA: O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Osorio (2012), em sua investigação sobre o capitalismo dependente latino-americano, introduz uma nova categoria de análise, o *padrão de reprodução do capital*. Este tem como objetivo permitir a apreensão das regularidades da acumulação de capital, em uma determinada região e período histórico, por meio da análise do seu movimento ao longo de seu ciclo de reprodução, observando as diferentes formas que ele assume.

A proposta de Osorio (2012) é baseada no ciclo do capital-dinheiro, definido por Marx (2014). Neste, o capital, em seu processo de valorização, passa por metamorfoses, assumindo as formas de dinheiro (D e D'), mercadorias (M), meios de produção (Mp), força de trabalho (Ft), capital produtivo (P) e mercadorias valorizadas (M'). Esse ciclo é exposto na Figura 1.

Figura 1 - Ciclo do capital-dinheiro



Fonte: Marx (2014) e Osorio (2012), autoria própria (2025)

O ciclo do capital-dinheiro, conforme a Figura 1, pode ser dividido em três fases: a primeira fase da circulação, a fase da produção e a segunda fase da circulação. Além dessas, Osorio (2012) também acrescenta uma quarta fase, denominada fase da distribuição e acumulação, para dar conta das dinâmicas ligadas à distribuição do mais-valor entre os distintos capitais individuais, que concorrem entre si na repartição do lucro.

A investigação do padrão de reprodução do capital implica examinar os diferentes momentos desse ciclo e as formas como ocorrem, visando compreender aspectos como a origem do capital-dinheiro, as condições de compra da força de trabalho e dos meios de produção, as condições da produção, os mercados de realização das mercadorias e os mecanismos de distribuição e acumulação do mais-valor. Ao fim desse processo, espera-se compor um quadro analítico das principais determinações do movimento do capital em seu processo de valorização naquele local e momento histórico.

No caso do presente trabalho, a metodologia baseada na categoria padrão de reprodução do capital foi aplicada para a análise de um setor em específico, as indústrias de A&B do Brasil. Essa investigação teve como objetivo partir de um ramo econômico da economia nacional para encontrar elementos que possibilitem, ou não, expor o caráter dependente do capitalismo brasileiro. Busca-se, assim, determinar como as indústrias de A&B, em seu processo de reprodução do capital, condicionam e manifestam esse caráter.

Por razões de escopo, este artigo concentra-se na primeira fase da circulação do capital. As demais dimensões do ciclo do capital não serão examinadas neste trabalho, ficando reservadas para investigações futuras.

Para permitir a análise da primeira fase de circulação foram utilizadas bases de dados de órgãos públicos, documentos públicos de empresas do setor de A&B, associações setoriais e institutos nacionais e internacionais, como por exemplo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) e a Câmara de Comércio Exterior (Camex).

5 PRIMEIRA FASE DA CIRCULAÇÃO

A primeira fase da circulação corresponde ao movimento do capital-dinheiro, o qual deve comparecer no âmbito da circulação para iniciar o ciclo do capital mediante a compra das mercadorias meios de produção e força de trabalho. Nesse sentido, quatro investigações necessitam ser feitas nessa fase: 1) a origem, volume e direção do capital-dinheiro; 2) a aquisição dos meios de produção; 3) a compra da força de trabalho; e 4) os valores de uso produzidos (Osorio, 2012; Raposo, 2018).

5.1 Origem, volume e direção do capital-dinheiro

Iniciando com o questionamento da origem do capital-dinheiro, é possível distinguir três fontes básicas de investimento: capital privado interno, capital privado estrangeiro e capital público estatal. Em relação ao primeiro, Marini (2012) define “capital privado interno” como a parcela do mais-valor gerada na economia que, descontados os gastos improdutivos, destina-se à acumulação.

Nessa perspectiva, pouco importa se o capital é juridicamente nacional ou estrangeiro, se atua no país, o mais-valor reinvestido constitui investimento interno. As contas nacionais, porém, de forma distinta, classificam o mais-valor gerado internamente por capitais estrangeiros e investido na acumulação como "reinvestimento".

Além das três fontes tradicionais de capital-dinheiro, Raposo (2018) argumenta que, no contexto da financeirização, é necessário incluir na análise novas formas de investimento. Para a autora: "Além de sua proveniência interna ou externa, privada ou estrangeira, podemos indagar de qual setor provém esse capital e começar a assumir a importância de distinguir capital próprio, de bancário ou oriundo do setor financeiro" (Raposo, 2018, p. 82). Nesse sentido, para o caso de investimentos oriundos do setor financeiro, a autora destaca a importância da investigação sobre a capacidade desse setor influenciar nas decisões produtivas.

Para o caso das indústrias de A&B, é possível fazer uso de algumas estatísticas das empresas e do setor para buscar demarcar a origem dos investimentos. Na seção anterior, foi demonstrado que o capital estrangeiro, a partir dos processos de abertura econômica, realizou uma profunda desnacionalização do setor de A&B, excetuando-se alguns segmentos em que o grande capital nacional logrou se manter. Portanto, a partir desse momento, o capital estrangeiro assumiu um importante papel na reprodução do capital nesse ramo.

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços dispõe dos dados de investimento estrangeiro direto (IED) no setor de A&B. Esses dados são relativos às participações no capital, ou seja, são desconsiderados os retornos ou regressos, operações intercompanhia e reinvestimento de lucros. Portanto, eles são um bom indicativo para o investimento com origem no mais-valor produzido no exterior.

No ano de 2024, o setor de A&B do Brasil recebeu US$ 2,4 bilhões de IED em participação no capital, o que representou 5,7% do total recebido pelo país. O setor foi o segundo maior receptor de IED entre os setores industriais do país, ficando atrás do ramo de produtos químicos. Tanto a quantia absoluta quanto a participação relativa para o ano de 2024 estão na média do período 2021-2024 (US$ 2,5 bilhões e 6,1%, respectivamente), após a recuperação da queda dos investimentos em 2020 devido a COVID-19 (CAMEX, 2025).

Além disso, é possível realizar um cálculo aproximado da representação do IED no total do investimento direto no setor de A&B. Para tal, utilizou-se como *proxy* do montante total de investimento no setor a soma do valor de F&A totais do setor, reportados pela Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), com os dispêndios em aquisição e melhoria de ativo imobilizado registrados para as indústrias de A&B pela Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE. Devido à

disponibilidade da série histórica da ABIA, o recorte temporal da análise compreendeu o período de 2016 a 2023. (ABIA, 2025; IBGE, 2024).

A porcentagem média do IED em participação no capital no total investido diretamente no setor foi de 16,9%, indicando certa relevância na origem do capital-dinheiro inserido na acumulação das indústrias de A&B brasileiras. Contudo, essa participação apresenta forte variabilidade ao longo dos anos. Os picos foram atingidos durante os anos de 2017 e 2021 (23,7% e 30,0%, respectivamente) devido à realização de operações pontuais de fusão e aquisição de grande valor. Já os mínimos ocorreram em 2020 (6,0%), em decorrência do impacto da pandemia de COVID-19 no fluxo internacional de capitais, e em 2023 (7,6%), relacionado a uma retração geral do IED na economia brasileira. Esta foi provocada por um contexto de incerteza quanto à condução da política econômica do novo governo e à queda dos preços das *commodities*, que afetou mais intensamente a indústria de alimentos e bebidas (ABIA, 2025; CAMEX, 2025; Monteiro, 2024).

O restante dos investimentos diretos no setor (83,1%) é originado do capital privado interno – investimentos de capital nacional e reinvestimentos de lucros das transnacionais – e de operações intercompanhia. Os dados necessários para realizar a estratificação entre esses dois tipos de investimento não estão disponíveis em nível setorial. Ainda assim, é possível estimar a importância específica do capital nacional nesse montante a partir da análise de sua presença entre as principais companhias de A&B atuantes no Brasil.

No *ranking* das vinte maiores empresas do ramo por receita líquida em 2023, elaborado pela Valor (2024), quinze eram brasileiras (entre elas a Ambev, com controle acionário predominantemente estrangeiro), quatro eram transnacionais estrangeiras e a restante correspondia a uma *joint-venture* entre um grupo brasileiro e uma companhia holandesa. A receita líquida dessas vinte empresas (0,03% das companhias do ramo) representou 47,9% da receita líquida total do setor. Analisando somente essa amostra de vinte companhias, as firmas brasileiras foram responsáveis 92,8% da receita líquida, enquanto as empresas estrangeiras e a *joint-venture* responderam por 7,2%. A primeira colocada do *ranking*, a JBS, representou, isoladamente, 22,2% da receita líquida total do setor e 46,4% da amostra das vinte maiores firmas (IBGE, 2024). Esses dados indicam que os grandes grupos nacionais assumem papel central na dinâmica de reprodução do capital nesse setor. A partir dessa constatação, seguindo a indicação de Raposo (2018) expressa anteriormente, passa-se à análise da origem do capital que financia tais grupos, com foco nos investimentos oriundos do setor financeiro, isto é, os investimentos indiretos ou em carteira.

Infelizmente, o volume de investimento em carteira no país não é estratificado por setor produtivo de destino. Para realizar uma aproximação do comportamento dessa forma de investimento dentro da indústria de A&B, foi realizada uma análise dos tipos de financiamentos indiretos obtidos

pelas três maiores empresas do ramo atuantes no Brasil, de acordo com a Valor (2024), nesse caso, JBS, Marfrig e Ambev. Essas firmas, por serem de capital aberto, periodicamente disponibilizam relatórios financeiros e gerenciais que possibilitam essa análise.

Iniciando a investigação com a JBS, esta empresa apresenta em sua composição acionária relativa concentração em *holdings* de controle familiar (48,33% das ações), combinada com participação relevante do BNDESPar (20,81% das ações) e presença de uma companhia norte-americana de gestão de investimentos, a Capital Research and Management Company (5,03% das ações). O restante das ações é pertencente ao conselho de administração e a outros acionistas minoritários (JBS, 2025a). Somente pela análise da composição acionária da companhia, é possível perceber a presença de investimento do Estado e de um investidor institucional estrangeiro.

Segundo o relatório de administração da JBS, em 2023, a empresa anunciou o início do processo para realizar a Dupla Listagem das suas ações, as quais passariam a ser negociadas na Bolsa de Valores de Nova York, juntamente com as negociações que ocorrem atualmente na B3, bolsa de valores do Brasil. O processo ainda está em andamento, e com ele, a JBS objetiva expandir a sua capacidade de financiamento, aumentando o acesso de investidores estrangeiros às suas ações, e diminuindo a necessidade de emissão de dívidas para sustentar a sua acumulação (JBS, 2024).

Além disso, em 2023 e 2024, a JBS obteve capital através da emissão de títulos de dívida, destinados tanto para o mercado interno como externo. Para a obtenção de capital de origem internacional, a companhia emitiu Notas Sêniores no valor de US$ 4 bilhões. Já para o mercado interno, foram emitidas Notas Comerciais e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), referentes a um total de US$ 1,9 bilhões. O valor total emitido, em 2023, foi de aproximadamente US$ 4,3 bilhões, e em 2024, US$ 1,6 bilhões (JBS, 2024, 2025b). Para título de comparação, em 2023 o investimento recebido pela JBS, através desses títulos de dívida, é equivalente a 25,6% de todo o investimento direto na indústria de A&B do Brasil[4]. Além disso, ao final de 2024, a JBS tinha a disponibilidade pré-aprovada de linhas de créditos no Brasil, de US$ 500 milhões, e nos EUA, de US$ 2,9 bilhões (JBS, 2025b).

A segunda empresa analisada é a Marfrig. A estrutura acionária dessa empresa é marcada pela posição majoritária da *holding* de controle familiar (72,07% das ações), com o restante das ações pertencente ao conselho de administração e outros acionistas minoritários. Como pode ser observado, não há a presença direta e relevante de capital estrangeiro ou estatal (Marfrig, 2025a).

[4] Importante destacar que todo o valor adquirido pela empresa por meio dessas ferramentas de financiamento não é obrigatoriamente destinado para a produção, projetos *greenfield* ou F&A. Além disso, caso seja destinado para esse tipo de gasto, como essas empresas são internacionalizadas, o investimento pode ocorrer nas subsidiárias em outros países.

Um ponto importante a se destacar é que em 2023 a Marfrig se tornou a acionista majoritária da BRFoods, comprando 50,49% das ações desta. Assim sendo, o mesmo grupo controla a segunda e a quarta maiores empresas de alimentos e bebidas atuantes no Brasil.

Segundo as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Marfrig, em 2023 e 2024, a empresa realizou emissões de títulos de dívida, destinados para o mercado interno, na forma de debêntures e de CRAs em um total de R$ 1,5 bilhões. Destes, R$ 1 bilhão foi destinado para compradores privados, fora das negociações da bolsa de valores, e não divulgados (Marfrig, 2024, 2025b).

Em 2023, a Marfrig realizou um empréstimo no montante de US$ 535 milhões de um sindicato composto por oito bancos, sendo sete deles estrangeiros. Ademais, nesse mesmo ano a companhia aumentou sua disponibilidade de linhas de créditos para US$ 1,125 bilhões, proporcionadas por seis bancos internacionais e a rede de investimentos norte-americana Farm Credit System (Marfrig, 2024).

A terceira e última companhia analisada é a Ambev. Apesar de ter origem brasileira, a Ambev participou de uma fusão com a belga Interbrew, constituindo a AB Inbev, com sede na Bélgica, que detém a maioria das ações da Ambev (61,73%). O restante das ações é propriedade da Fundação Zerrenner, tesouraria e outros acionistas minoritários (Ambev, 2025a). A composição acionária da Ambev evidencia a relevância do capital estrangeiro no seu financiamento, bem como a significativa influência nas decisões sobre o seu processo produtivo.

As ações da Ambev são negociadas tanto na B3 quanto na Bolsa de Valores de Nova York, expandindo a capacidade de financiamento no mercado de investimentos interno e externo. Entre 2023 e 2024, a empresa se destacou por não depender do sistema bancário, dado que não realizou empréstimos com bancos ou instituições financeiras (Paim, 2024). Além disso, nesses anos a Ambev também não emitiu títulos de dívida. Dessa forma, somando essas informações com os robustos resultados dos fluxos de caixa livre e endividamento, é possível indicar que a empresa detém significativa capacidade de autofinanciamento (Ambev, 2024, 2025b).

De modo geral, as três empresas analisadas apresentam como uma importante fonte de financiamento o investimento indireto originado da esfera financeira. Nesta forma de investimento, o capital estrangeiro apresentou maior relevância do que no investimento direto recebido pelo setor de A&B do Brasil. As duas primeiras empresas – JBS e Marfrig –, durante o período de análise, utilizaram como fonte de investimento o mercado internacional e nacional, mediante a emissão de títulos de dívida ou empréstimos bancários. Ademais, essas companhias também apresentavam disponibilidade de linhas de crédito de instituições nacionais e estrangeiras. Dentro do total de capital

recebido pela JBS nas operações de emissão de título de dívida e empréstimos, 68% foram originados do mercado externo. No caso da Marfrig esse indicador assume o valor de 64%.

Para a Ambev a situação é distinta. Apesar da companhia não realizar emissão de títulos da dívida ou empréstimos, ela tem suas ações negociadas na bolsa de valores brasileira e norte-americana – uma condição de financiamento que também está sendo buscada pela JBS. Além disso, a empresa cervejeira tem como acionista majoritário uma firma estrangeira, de forma que esta atua como sua controladora, ou seja, delibera sobre as diretrizes relativas ao processo. A JBS também apresenta um investidor estrangeiro no seu quadro de maiores acionistas, porém, devido a uma quantia menor de ações, sua influência nas decisões da empresa é mais contida. Assim como a Marfrig, a JBS tem uma estrutura mais centralizada no controle da *holding* familiar, com a distinção que na estrutura da JBS existe a presença significativa de uma estatal, o BNDESPar.

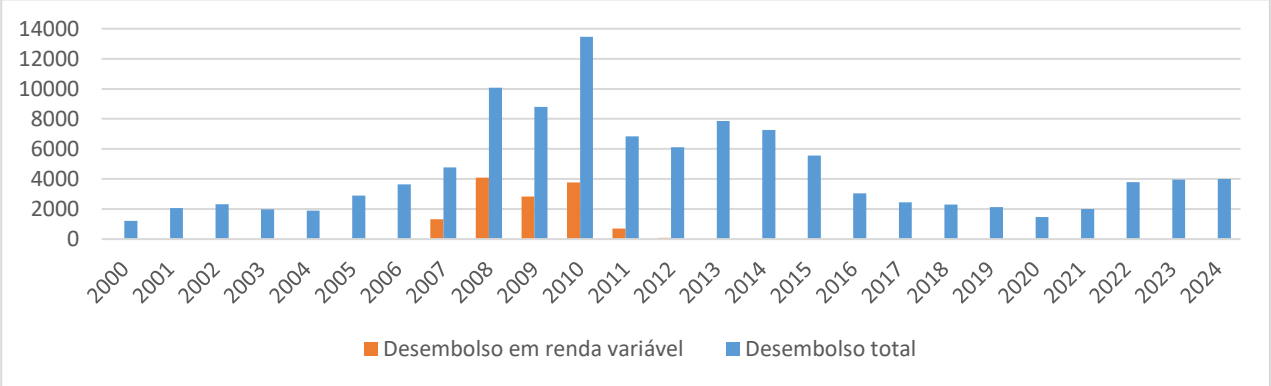
Para concluir essa seção, será analisada a última fonte de obtenção de capital-dinheiro: o Estado. Conforme argumenta Marini (2012), o Estado atua como uma importante fonte de investimento, uma vez que a massa de valor agregada por ele – através de impostos ou da produção de valor em empresas estatais produtivas – é, em sua grande maioria, utilizada para auxiliar e expandir a acumulação do capital privado.

As formas que o Estado realiza tal financiamento podem ocorrer de maneira indireta, tais como gastos com educação, saúde e infraestrutura, imprescindíveis para a plena realização do ciclo do capital; ou de maneira direta, através de transferências do mais-valor para o capital privado, tais como subvenções, isenção de impostos, empréstimos, compra de ações, etc (Marini, 2012; Osorio, 2012). Para o caso do setor de A&B, a análise se deterá nas formas diretas de financiamento.

Durante os primeiros governos do PT, o Estado aumentou a sua participação como dinamizador da economia, fazendo uso de diversos mecanismos para aumentar o consumo e expandir a acumulação do grande capital, especialmente, o capital nacional (Senra, 2024). Um dos principais mecanismos utilizados pelo Estado foi a mobilização de capital-dinheiro, realizada através do BNDES, destinada para promover a consolidação e internacionalização dos grandes grupos nacionais, o que inclui as grandes indústrias brasileiras de A&B. Essa forma de atuação estatal se manteve até a crise de acumulação entre 2014 e 2016 e, nos governos seguintes de Temer e Bolsonaro, foi majoritariamente desmantelada (Valdez, 2024). Com a volta de Lula à presidência em 2023, existe a perspectiva de que a atuação do BNDES como indutor do crescimento do capital privado volte a ocorrer. Em 2023 e 2024, o governo aumentou os volumes de desembolso do BNDES, em comparação com o governo anterior, porém em um patamar inferior ao observado em seus primeiros mandatos (BNDES, 2025a).

Para as indústrias de A&B, a quantia investida pelo BNDES é apresentada no Gráfico 1. Neste estão destacados os financiamentos realizados por meio de renda variável, na forma de ações ou debêntures. O auge dos investimentos no setor de A&B ocorreu entre 2008 e 2010, durante o período de internacionalização dessas companhias. Após esses anos, o volume desembolsado diminuiu fortemente, apresentando um aumento somente em 2021. Durante o terceiro governo Lula, o investimento no setor se manteve no patamar do último ano do governo Bolsonaro. Em relação ao investimento em renda variável, ele só ocorreu entre 2007 e 2012, quando o BNDES adquiriu ações de nove empresas de A&B e financiou três companhias do setor via debêntures (BNDES, 2025b). Em 2022, o investimento do BNDES foi responsável por 4,0% do total investido no setor e, em 2023, por 4,7% (BNDES, 2025a; IBGE, 2024).

Gráfico 1 - Desembolsos totais e em renda variável do BNDES entre 2000 e 2024 para o setor de A&B (R$ milhões)



Fonte: BNDES (2025a, 2025c), autoria própria (2025)

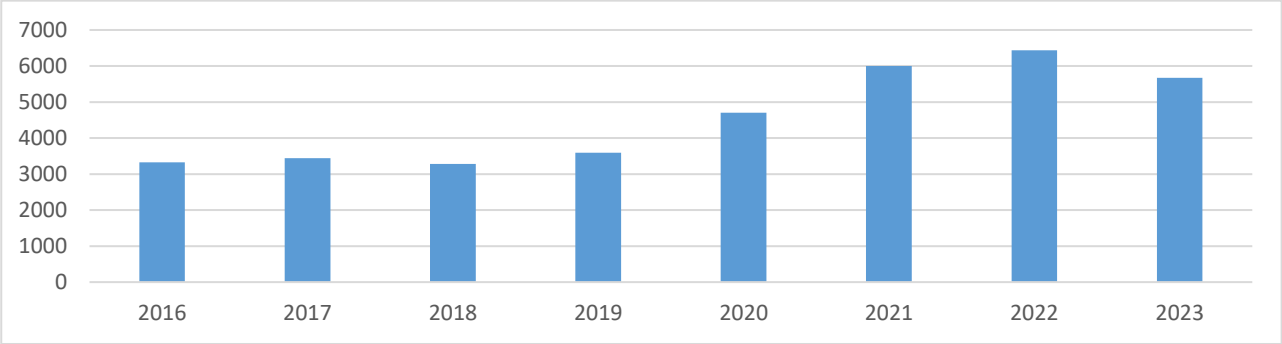
Outra forma do Estado transferir mais-valor para os capitalistas privados é através de benefícios fiscais. Essa é uma ferramenta que o governo utiliza em forma de política pública, visando estimular o desenvolvimento de certos setores indústrias ou regiões do país. Além disso, o governo pode incentivar o capital privado a executar programas sociais, por meio da concessão e renúncias fiscais a este último

A base de dados da CGU (2025) contém os montantes que o Estado deixou de arrecadar com a renúncia fiscal de alguns tributos federais, a saber, impostos vinculados à importação (Imposto de Importação, IPI, PIS e COFINS), Contribuição Social Sobre Lucro Líquido e Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica.

O volume total dessa modalidade de renúncia fiscal do setor de A&B, para o período de 2016 a 2023, é apresentado no Gráfico 2. Observa-se neste que as renúncias fiscais destinadas ao setor de A&B apresentaram tendência crescente ao longo do período, especialmente em 2020 e 2021, em decorrência de medidas estatais voltadas a mitigar os efeitos econômicos da pandemia de COVID-

19. O pico é atingido em 2022, o que pode ser associado à busca do governo Bolsonaro em ampliar seu apoio junto a setores da burguesia industrial em um ano eleitoral (Oliveira *et al.*, 2024). Logo após, esse valor decresce no ano de 2023, mantendo-se em um patamar próximo ao de 2021. Para título de comparação, em 2022 e 2023, o total das renúncias fiscais de tributos federais das indústrias de A&B foi equivalente a, aproximadamente, 7% do total investido nesse setor.

Gráfico 2 - Volume total da renúncia fiscal de tributos federais do setor de A&B entre 2016 e 2023 (R$ milhões)



Fonte: CGU (2025), autoria própria (2025)

Outro incentivo fiscal relevante para o setor de A&B é a Lei Kandir, a qual propicia a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços para produtos primários e semielaborados destinados à exportação. No caso dos produtos alimentícios, essa lei favorece a exportação de carnes sem processos industriais complexos, açúcar bruto, leite em pó, entre outros (Perondi, 2020).

Para concluir essa parte, é possível afirmar que a formação do capital-dinheiro para iniciar o ciclo do capital no setor de A&B depende das três fontes analisadas: capital interno, internacional e o Estado. De modo geral, a maior parte do investimento direto no setor é originado dos grandes grupos nacionais, todavia, a forma como essas companhias se financiam, além do capital próprio, é através do capital internacional. O Estado também atua como um financiador importante, mesmo que sua importância já tenha sido maior durante os anos 2000 e início dos anos 2010.

Iniciado o ciclo com o comparecimento do capital-dinheiro, este tem que metamorfosear-se em meios de produção e força de trabalho. Esses processos são analisados nas seções que seguem.

5.2 Meios de produção

Para esta análise, pode-se separar os meios de produção em dois grupos: matérias-primas e máquinas/equipamentos.

Iniciando pelas matérias-primas, ao final dos anos 1990 a indústria de A&B no Brasil passou por um processo de integração com as cadeias agropecuárias, conformando a agroindústria e suas ramificações. Nesse sentido, aproveitou-se das vantagens comparativas nacionais para desenvolver

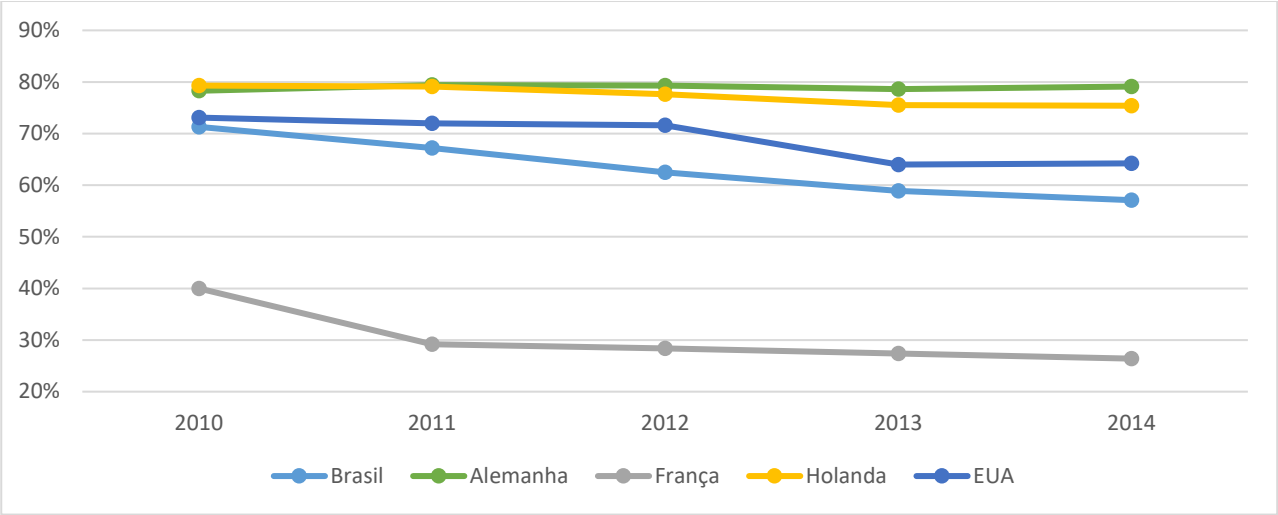
uma indústria que utilizasse como insumo parte da produção agropecuária do Brasil (Amaral; Guimarães, 2017). Segundo a ABIA (2025), em 2024, 68% de toda a produção dos campos brasileiros foi destinada para o processamento na indústria alimentícia. Esse é um dos motivos da especialização do setor em segmentos como carnes, cereais, cafés, óleos, laticínios e gorduras. Assim sendo, a grande maioria das principais matérias-primas da indústria de A&B do Brasil é de origem interna.

Em relação às máquinas e equipamentos, a indústria de alimentos e bebidas utiliza, basicamente, bens de capital com complexidade tecnológica relativamente baixa, baseadas em tecnologias difundidas e comuns a outras indústrias. As máquinas e equipamentos empregados consistem, basicamente, em esteiras, filtros, equipamentos de refrigeração, trocadores de calor, fornos, caldeiras, tanques, embaladoras e moinhos (Amaral; Guimarães, 2017; Cervieri Júnior *et al.*, 2014). Unidades produtivas de menor capacidade conseguem ter acesso a esses bens com fornecedores locais. Todavia, Amaral e Guimarães (2017) afirmam que é difícil mensurar a participação nacional na produção dessas mercadorias, uma vez que muitos fornecedores locais fazem uso de peças e partes importadas.

Por outro lado, as grandes empresas de A&B, que operam linhas com maior capacidade, dispõem de poucas opções de fornecedores a nível mundial, principalmente quando se trata de embaladoras/envasadoras de alta velocidade (Cervieri Júnior *et al.*, 2014). As maiores empresas do ramo se encontram nos países centrais, com destaque para Krones, KHS e Bosch, da Alemanha, e Sidel e Bühler, da Suíça.

Infelizmente, os dados de participação de conteúdo nacional no fornecimento dos bens de capital para o setor de alimentos e bebidas não estão disponíveis ou são de complexa pesquisa e compilação, exacerbando os limites deste trabalho. Como forma de proporcionar uma análise inicial – que é limitada –, podem ser utilizados os dados presentes nas tabelas insumo-produto da *World Input Output Database* (Timmer *et al.*, 2015) para mensurar a participação de produtos acabados de origem doméstica no fornecimento de bens de capital para a indústria de A&B do país. Visando possibilitar uma comparação entre países, essa operação foi efetuada para os cinco maiores exportadores de alimentos industrializados, segundo a ABIA (2025), a saber, Brasil, EUA, Holanda, Alemanha e França. O período de comparação foi considerado entre os anos 2010 e 2014, devido à disponibilidade dos dados pela *World Input Output Database*. Ademais, foram considerados como bens de capital a produção e instalação de: máquinas e equipamentos, equipamentos elétricos, computadores e eletrônicos. Os resultados são apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Porcentagem de participação da produção interna de máquinas e equipamentos para a indústria de A&B local



Fonte: Timmer *et al.* (2015), autoria própria (2025)

A participação da produção brasileira no fornecimento de bens de capital para a indústria de A&B do Brasil variou de um patamar de 71%, em 2010, para 57%, em 2014. Durante todos os anos expostos, esse valor ficou abaixo da Alemanha, Holanda e EUA, porém, próximo a este último. A França apresentou a menor participação, em um patamar bem reduzido em comparação com os outros países, indicando que o país não tem uma estrutura produtiva bem desenvolvida de máquinas e equipamentos para a indústria alimentícia. De modo contrário, Alemanha e Holanda apresentaram as maiores participações domésticas, o que se explica pela presença, nesses países, de fortes indústrias de bens de capital e sua conexão com a produção de alimentos.

Para o Brasil, é possível afirmar que os dados também estão de acordo com o exposto anteriormente. Dado que o país tem um alto volume de produção de alimentos industrializados e a tecnologia dos bens de capital para essa indústria já está bem difundida, somente as grandes empresas, com linhas de alta velocidade e produtividade, apresentam a necessidade – e a capacidade – de adquirir máquinas de maior complexidade tecnológica nos grandes fornecedores estrangeiros, sediados nos países centrais.

Cabe destacar que os dados apresentados no Gráfico 3 são limitados, pois contabilizam somente as máquinas e equipamentos acabados, sem considerar a existência de partes e componentes estrangeiros na sua produção. De acordo com o que foi exposto anteriormente, o controle da produção de componentes de maior intensidade tecnológica fica a cargo dos países centrais. No atual paradigma tecnológico, esses produtos são representados, basicamente, por *softwares* e microprocessadores, os quais já se tornaram elementos básicos para proporcionar uma produtividade minimamente competitiva para as empresas (Ceceña; Barreda, 1995). Portanto, não é exagero considerar que existe

um importante componente estrangeiro na produção de máquinas e equipamentos, mesmo aqueles produzidos e vendidos no Brasil.

Nesse sentido, nessa fase da circulação, para poder adquirir alguns desses elementos dos meios de produção produzidos nos países centrais, como *softwares* e equipamentos de maior intensidade tecnológica, o capital nacional deverá pagar por licenças de uso, *royalties* e assistência técnica. Portanto, nesse momento já se configura a transferência de valor para o exterior na forma de rendas de monopólio (Breda, 2020).

5.3 Força de trabalho

Para realizar a análise da compra da força de trabalho, faz-se necessário um destaque. Conforme apresentado anteriormente, o Brasil, como economia dependente, apresenta como lei tendencial específica a superexploração da força de trabalho. Foge do objetivo desta investigação comprovar através de dados quantitativos e qualitativos, e comparação com outras nações, a existência da superexploração da força de trabalho no Brasil. Pode-se encontrar um empreendimento desse tipo em Aruto (2019), para o período 2003 a 2016.

Assim sendo, diante do fato que a superexploração da força de trabalho é uma determinação constitutiva da dependência, e que sua existência, uma vez posta em movimento, se reproduz como única forma de elevar – ou pelo menos, evitar uma queda maior – a taxa de lucro em uma economia marcada pela transferência de valor, entende-se que a superexploração está vigente no Brasil. Nesse sentido, serão analisadas as expressões da superexploração no setor de A&B, mediante a comparação deste com o restante da economia brasileira.

Cabe destacar também que, nesta fase do ciclo, o interesse desta análise está na compra da força de trabalho, no preço pago ao trabalhador, ou seja, no salário. Outras manifestações da superexploração deverão ser discutidas em uma investigação futura da fase da produção.

Segundo a Pesquisa Industrial Anual de 2022 do IBGE, baseada em empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas, nesse ano, o salário médio de um trabalhador assalariado ligado à produção da indústria de A&B foi de R$ 2.972,47. Esse valor esteve abaixo da remuneração média de um trabalhador ligado à produção da indústria de transformação e da indústria total do país. Em termos percentuais, o salário do setor de A&B correspondeu a 84% e 82% do valor pago pela indústria de transformação e pela indústria total, respectivamente. Os dados sobre os salários médios da indústria de A&B, de transformação e total, de empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas, estão expostos na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de empregados assalariados e salário médio de indústrias com 5 ou mais pessoas ocupadas, em 2022

	Indústria	Indústria de Transformação	A&B
Número de assalariados ligados à produção	5.818.790	5.651.774	1.327.424
Número de assalariados não-ligados à produção	1.743.365	1.699.252	609.614
Salário médio mensal de assalariados ligados à produção (R$)	3.621,64	3.546,75	2.972,47
Salário médio mensal de assalariados não-ligados à produção (R$)	6.368,48	6.256,53	4.530,98

Fonte: IBGE (2024), autoria própria (2025)

O salário recebido pelos trabalhadores do setor de A&B não-ligados à produção atingiu um patamar mais elevado em comparação com os ligados à produção, R$ 4.530,98. Da mesma forma que o caso anterior, este valor estava abaixo da remuneração da indústria de transformação e da indústria total, equivalendo a 72% e 71%, respectivamente. Cabe destacar que, conforme a ABIA (2025), o setor de A&B é o maior empregador da indústria. Em 2022, ele foi responsável por 25% das vagas de trabalho na indústria de transformação. O setor que mais emprega remunera abaixo da média da indústria como um todo.

Ainda é possível comparar o salário pago pela indústria de A&B com uma aproximação do valor mínimo necessário para o trabalhador e sua família satisfazerem suas necessidades vitais básicas, o chamado Salário-Mínimo Necessário (SMN), formulado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Este, mensalmente realiza o cálculo de quanto deveria ser o valor do salário de um trabalhador para manter uma família de quatro pessoas, dois adultos e duas crianças. Para o ano de 2022, a média do SMN foi de R$ 6.408,14[5] (DIEESE, 2025).

Um assalariado da indústria de A&B ligado à produção recebeu como salário, em 2022, o equivalente a 46% do Salário-Mínimo Necessário, um patamar significativamente inferior a este último. Um trabalhador não-ligado à produção desse mesmo setor recebe o correspondente a 71%. Dentre os valores de remuneração apresentados na Tabela 1, o trabalhador médio não-ligado à

[5] Apesar do SMN ser um indicador importante para se medir a relação entre o salário nominal e as necessidades básicas dos trabalhadores e suas famílias, deve-se ter cuidado para não correlacionar diretamente essa quantia com o valor da força de trabalho. Conforme destaca Aruto (2019), a metodologia do SNM não permite que essa relação seja realizada sem cautelas. Isso porque, ela é baseada no cálculo do custo de alimentos de uma cesta básica definida por um decreto de lei de 1938, o qual é extrapolado, utilizando-se a proporção que o gasto com alimentos apresenta no total do orçamento familiar, para encontrar o preço dos outros itens que deveriam entrar na cesta de consumo do trabalhador e sua família. Desse modo, o SNM simplifica a dinâmica de consumo da classe trabalhadora, baseando seus cálculos somente nos preços dos alimentos, o que deixa de lado o custo de outras mercadorias. Além disso, ele não consegue captar as mudanças históricas e conjunturais do consumo de mercadorias, nem considerar os produtos de uso coletivo necessários para reproduzir a força de trabalho.

produção, considerando toda a indústria, é o que mais se aproxima do SMN, com uma remuneração correspondente a 99%.

Em relação aos salários pagos pelo setor de A&B, este não destoa da estrutura produtiva industrial marcada pela superexploração. Pelo contrário, ele atua de forma a reproduzir essa condição, em um patamar mais aprofundado que a média dessa estrutura.

5.4 Valores de uso produzidos

Quanto às principais mercadorias do setor de A&B, destacam-se carnes e derivados, cereais, chá e café, e laticínios. A Tabela 2 apresenta os produtos de maior importância para o setor de acordo com a participação nas vendas, em 2022.

Tabela 2 - Principais segmentos da indústria de A&B do Brasil em 2022, por vendas

Produtos	Participação nas vendas
Carnes, pescados e derivados	26,6%
Cereais, chás e cafés	16,9%
Laticínios	16,0%
Óleos e Gorduras	8,5%
Alimentos dietéticos, temperos, sorvetes e petiscos	8,2%
Derivados de trigo	8,0%
Outros	15,8%

Fonte: ABIA (2023), autoria própria (2025)

O principal segmento do setor é a produção de carnes. Dentro do *ranking* das maiores empresas de A&B produzido pelo Valor (2024), a produção de carnes e derivados figura como a principal atividade de cinco das dez firmas do *ranking*. Das cinco primeiras (JBS, Marfrig, Ambev, BRFoods e Minerva), somente a Ambev não tem produção nesse segmento. Isso demonstra como a consolidação das grandes firmas nacionais nesse setor, desde os anos 1990, manteve-se até os últimos anos. Nesse sentido, são poucas as empresas estrangeiras de carnes sem nenhum vínculo com os grandes grupos brasileiros que atuam no país.

As principais transnacionais estrangeiras atuantes no Brasil apresentam atividades relacionadas aos segmentos de *snacks*, cereais, chás, cafés, condimentos, refrigerantes, laticínios, entre outros (Valor, 2024).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a inserção do setor de alimentos e bebidas industrializados do Brasil na atual divisão internacional do trabalho. Buscou-se, com isso, identificar, a partir do movimento do capital nesse setor, determinações que evidenciem o caráter dependente do capitalismo brasileiro e as formas de manifestação de suas tendências específicas, a saber, a

transferência de valor, a superexploração da força de trabalho e a cisão das fases do ciclo do capital (ou separação entre a estrutura produtiva dependente e as necessidades das massas).

O percurso metodológico adotado consistiu na análise do ciclo do capital das indústrias de A&B do Brasil, buscando determinar o padrão de reprodução do capital nesse ramo. Esse procedimento foi baseado no esforço realizado por Osorio (2012) na busca por revelar os padrões de conduta do capital na realidade dependente latino-americana. Por motivos de escopo, o presente trabalho concentrou-se na primeira fase de circulação do ciclo do capital.

Os resultados obtidos permitem afirmar que, embora o setor de A&B no Brasil seja marcado pela predominância de grandes grupos nacionais, sua dinâmica de reprodução do capital está profundamente articulada ao capital internacional. Essa articulação se manifesta, em primeiro lugar, na dependência de fontes externas de financiamento, que assumem papel central na sustentação da acumulação dos grandes grupos nacionais, seja por meio de investimentos indiretos, emissão de títulos de dívida ou acesso a crédito internacional. Em segundo lugar, para o caso de algumas firmas nacionais e para as transnacionais, o capital internacional está presente na estrutura acionária, apresentando influência nas decisões produtivas. Em terceiro lugar, observa-se a dependência tecnológica, expressa na necessidade de aquisição de máquinas, equipamentos e insumos de maior intensidade tecnológica produzidos nos países centrais, o que implica o pagamento de *royalties*, licenças e assistência técnica.

Esses elementos evidenciam a existência de mecanismos de transferência de valor para o exterior, tanto pelo retorno dos investimentos estrangeiros quanto pelo pagamento de *royalties*, licenças e assistência técnica pelo uso de tecnologia produzida no exterior.

Adicionalmente, verificou-se que o Estado segue desempenhando um papel relevante na sustentação da acumulação no setor, por meio de financiamento direto e incentivos fiscais, ainda que sua participação tenha se reduzido em relação ao período de maior ativismo observado nos anos 2000 e início da década de 2010.

Em relação à contratação da força de trabalho, os dados analisados indicam que o setor de A&B reproduz, e em certos aspectos aprofunda, a superexploração característica das economias dependentes. Nesse sentido, na primeira fase da circulação, a superexploração é observada nos baixos níveis salariais em relação à média da indústria e, sobretudo, em comparação com o Salário-Mínimo Necessário estimado pelo DIEESE.

Por sua vez, os valores de uso produzidos pelo setor estão concentrados principalmente em carnes, pescados e derivados, chás, cafés, cereais e laticínios. A especialização nesses segmentos deve ser analisada futuramente, em outros momentos do ciclo do capital do setor, buscando determinar se

ela corresponde às necessidades da população interna e se propicia a ocorrência do intercâmbio desigual no comércio internacional.

Dessa forma, a análise da primeira fase da circulação do capital na indústria de A&B permite identificar um conjunto articulado de determinações que expressam a dependência brasileira, evidenciando que, mesmo em um setor de elevada competitividade internacional, a inserção do país na divisão internacional do trabalho ocorre de maneira subordinada.

Por fim, destaca-se que a compreensão mais abrangente do padrão de reprodução do capital no setor exige a investigação das demais fases do ciclo (produção, segunda fase da circulação e distribuição e acumulação do mais-valor). Estudos futuros poderão, nesse sentido, aprofundar a análise das condições de produção, das formas de realização das mercadorias, da estrutura de consumo e da repartição do mais-valor produzido.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS. Números do setor. 2025. Disponível em: https://www.abia.org.br/numeros-setor. Acesso em: 1 mar. 2025.

ABIA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS. Relatório Anual 2023. 2023. Disponível em: https://www.abia.org.br/vsn/temp/z2023417RelatorioAnual2023interativoFINAL.pdf. Acesso em: 5 mar. 2025.

AMARAL, G. F.; GUIMARÃES, D. D. Panoramas Setoriais 2030 - Alimentos. **Panoramas setoriais 2030: desafios e oportunidades para o Brasil**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2017. p. 59–68.

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AMBEV. Acordo de Acionistas. 2025a. **Ambev - Relação com Investidores**. Disponível em: https://ri.ambev.com.br/governanca-corporativa/acordo-de-acionistas/. Acesso em: 9 mar. 2025.

AMBEV. Divulgação de Resultados do Quarto Trimestre de 2023. 2024. **Ambev - Relação com Investidores**. Disponível em: https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/c8182463-4b7e-408c-9d0f-42797662435e/c69834fd-2291-4866-9dc8-5afb99a88f3c?origin=1. Acesso em: 9 mar. 2025.

AMBEV. Divulgação de Resultados do Quarto Trimestre de 2024. 2025b. **Ambev - Relação com Investidores**. Disponível em: https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/c8182463-4b7e-408c-9d0f-42797662435e/55a30c54-a040-7d6e-52e0-16cddd357cc7?origin=1. Acesso em: 9 mar. 2025.

ARIAS, D. *et al.* **Agriculture Productivity Growth in Brazil: Recent trends and future prospects**. Washington D.C.: World Bank Group, 2017.

ARUTO, P. C. **Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003-2016): uma análise em múltiplas dimensões espaciais**. 2019. Tese (Doutorado em

Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Estatísticas Operacionais do Sistema BNDES. 2025a. **BNDES**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho. Acesso em: 9 mar. 2025.

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Histórico da carteira de renda variável. 2025b. **BNDES**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/renda-variavel/composicao-carteira-renda-variavel. Acesso em: 9 mar. 2025.

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Participações acionárias. 2025c. **BNDES**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/renda-variavel/desembolsos-do-sistema-bndes-via-renda-variavel. Acesso em: 9 mar. 2025.

BONELLI, R. As estratégias dos grandes grupos industriais brasileiros no anos 90. **Texto para discussão n. 569. IPEA**, Rio de Janeiro, 1998.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lula: Brasil vai aliar vocação de "supermercado do mundo" com preços acessíveis aos brasileiros. 2025. **Planalto**. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/02/lula-brasil-vai-aliar-vocacao-de-201csupermercado-do-mundo201d-com-precos-acessiveis-aos-brasileiros. Acesso em: 28 mar. 2025.

BREDA, D. M. **A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo. O caso do Brasil entre 2000 e 2015**. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

CALIL, Y. C. D.; RIBERA, L. Brazil's Agricultural Production and Its Potential as Global Food Supplier. **Choices: The Magazine of Food, Farm, and Resource Issues**, [*S. l.*], v. 34, n. 3, 2019.

CAMEX - CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR. InvestVis. 2025. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços**. Disponível em: https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/camex/investimentos-estrangeiros/investvis/investvis. Acesso em: 9 mar. 2025.

CECEÑA, A. E.; BARREDA, A. La Producción Estratégica Como Sustento de la Hegemonía Mundial. Aproximación Metodológica. *In*: CECEÑA, A. E.; BARREDA, A. (org.). **Producción Estratégica y Hegemonía Mundial**. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1995.

CERVIERI JÚNIOR, O. *et al.* O setor de bebidas no Brasil. *In*: BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (org.). **BNDES Setorial 40**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 93–130.

CGU - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Consulta de Renúncias Fiscais. 2025. **Portal da Transparência do Governo Federal**. Disponível em: https://portaldatransparencia.gov.br/renuncias/lista-consultas. Acesso em: 10 abr. 2025.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Análise cesta básica - Salário mínimo nominal e necessário. 2025.

Disponível em: https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html. Acesso em: 11 mar. 2025.

DOS SANTOS, T. **La Crisis de la Teoría del Desarrollo y las Relaciones de Dependencia en América Latina**. Bogotá: Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, 1972.

FORBES. Forbes 2024 Global 2000 List - The World's Largest Companies Ranked. 2024. **Forbes**. Disponível em: https://www.forbes.com/lists/global2000/. Acesso em: 4 mar. 2025.

FORBES. Supermercado no mundo. 2022. **Forbes Brasil**. Disponível em: https://forbes.com.br/forbesagro/2022/07/roberto-rodrigues-supermercado-no-mundo/. Acesso em: 21 fev. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE | Comissão Nacional de Classificação. 2025. Disponível em: https://cnae.ibge.gov.br/?option=com_cnae&view=estrutura&Itemid=6160&tipo=cnae&versao_classe=7.0.0&versao_subclasse=10.1.0. Acesso em: 28 fev. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Industrial Anual (PIA) - Empresa. 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?=&t=downloads. Acesso em: 2 abr. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Contas Nacionais: Brasil - 2021. 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?edicao=38276&t=sobre. Acesso em: 4 mar. 2025.

JBS. Composição Acionária e Societária. 2025a. **JBS - Relação com Investidores**. Disponível em: https://ri.jbs.com.br/investidores-esg/governanca-corporativa/composicao-acionaria-e-societaria/. Acesso em: 8 mar. 2025.

JBS. Relatório de Administração 2023. 2024. **JBS - Relação com Investidores**. Disponível em: https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/043a77e1-0127-4502-bc5b-21427b991b22/769ac6f6-3655-fb21-0d60-3e95b4cf1024?origin=1. Acesso em: 8 mar. 2025.

JBS. Release de Resultados 4T24 e 2024. 2025b. **JBS - Relação com Investidores**. Disponível em: https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/043a77e1-0127-4502-bc5b-21427b991b22/2e4fb9a8-1ab1-b08a-2fdc-418e36f9e6d4?origin=1. Acesso em: 8 mar. 2025.

LUCE, M. S. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARFRIG. Composição Acionária. 2025a. **Marfrig - Relacionamento com Investidores**. Disponível em: https://ri.marfrig.com.br/governanca-corporativa/composicao-acionaria/. Acesso em: 8 mar. 2025.

MARFRIG. Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas 2023. 2024. **Marfrig - Relacionamento com Investidores**. Disponível em: https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/b8180300-b881-4e6c-b970-12ad72a86ec8/1d4c321d-244f-bc7e-88ee-aa4390ead665?origin=1. Acesso em: 8 mar. 2025.

MARFRIG. Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas 2024. 2025b. **Marfrig - Relacionamento com Investidores**. Disponível em:

https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/b8180300-b881-4e6c-b970-12ad72a86ec8/1d4c321d-244f-bc7e-88ee-aa4390ead665?origin=1. Acesso em: 8 mar. 2025.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. *In*: STEDILE, J. P.; TRASPADINI, R. (org.). **Ruy Mauro Marini - Vida e Obra**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011. p. 131–172.

MARINI, R. M. Mais-Valia Extraordinária e Acumulação de Capital. **Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 7–46, 19 ago. 2023.

MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. *In*: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. 1a edição. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2012.

MARTINS, W. L. O Agronegócio na Interface de uma Economia Liberal. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, v. 9, n. 9, p. 256–262, 2022.

MARX, K. **O Capital [Livro II]: Crítica da economia política. O processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. **O Capital [Livro III]: Crítica da economia política. O processo global da produção capitalista**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MONTEIRO, R. Investimento estrangeiro no Brasil tem queda de US$ 12,6 bilhões no primeiro ano do governo Lula. 2024. **O Globo**. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/02/05/investimento-estrangeiro-no-brasil-tem-queda-de-us-126-bilhoes-no-primeiro-ano-do-governo-lula.ghtml. Acesso em: 28 abr. 2025.

MOREIRA, V. R.; KURESKI, R.; DA VEIGA, C. P. Assessment of the Economic Structure of Brazilian Agribusiness. **The Scientific World Journal**, v. 2016, p. 1–10, 2016.

OLIVEIRA, J. L. M. B. de *et al.* Gastos tributários em trajetória: análise das políticas de renúncia fiscal da união (1996-2023). **Boletim de Conjuntura (BOCA) - Editora IOLE**. Boa Vista, v. 18, n. 52, 2024.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In*: FERREIRA, C.; LUCE, M.; OSORIO, J. (org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. 1a edição. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2012.

PAIM, C. Ambev (ABEV3): Moody's refresca expectativas positivas. 3 maio 2024. **Suno Notícias**. Disponível em: https://www.suno.com.br/noticias/ambev-abev3-moodys-refresca-expectativas-positivas-cpf/. Acesso em: 9 mar. 2025.

PAULANI, L. M. A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, Brasília, n. 10, p. 89–102, 2012.

PERONDI, E. **El proceso de precarización del trabajo en México y Brasil (1994-2018): un análisis desde la economía política**. 2020. Tese (Doutorado em Estudos Latino-Americanos) – Facultad de Filosofía y Letras – Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 2020.

RAPOSO, B. F. **Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado**. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia e Relações Internacionais – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SENRA, G. de O. C. **História da grande burguesia industrial brasileira: da crise da ditadura a crise da democracia**. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024.

TIMMER, M. P. *et al.* An Illustrated User Guide to the World Input-Output Database: the Case of Global Automotive Production: User Guide to World Input-Output Database. **Review of International Economics**, v. 23, n. 3, p. 575–605, ago. 2015.

VALDEZ, R. C. C. Internacionalização de empresas brasileiras: ascensão e queda de uma política estatal. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 44, n. 3, 2024.

VALOR. Ranking das 1000 maiores - Edição 2024. 2024. **Valor 1000**. Disponível em: https://infograficos.valor.globo.com/valor1000/2024. Acesso em: 4 mar. 2025.